

## PROCESSO Nº: 80 / 2023

**Processo:** 80 / 2023

**Data de entrada:** 26 de Julho de 2023

**Autor:** Chefe do Executivo

**Ementa:** VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar nº 11/2023, de autoria da Vereadora Nina Souza, que "Altera a Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019 - institui no âmbito do município de Natal/RN o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, prestado mediante compartilhamento de veí[...]

**Despacho Inicial:**

---

**NORMA JURIDICA**

---



PREFEITURA DO  
**NATAL**

**RECEBIDO**  
Em 26/07/2023  
*[Signature]*

**MENSAGEM Nº. 096/2023**

CMN - PROCESSO  
Nº 80/2023  
FOLHA 02

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO  
DE 26 DE 07 DE 23

A Sua Excelência o Senhor  
Eriko Samuel Xavier de Oliveira  
Presidente da Câmara Municipal de Natal

AO SETOR LEGISLATIVO

Em, 26/07/2023

*[Signature]*  
Simpone Aguiar  
Ass. Parlamentar  
Presidência

Em 24 de julho de 2023.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar parcialmente o **Projeto de Lei Complementar n.º 011/2023**, de autoria da Vereadora Nina Souza, aprovado na sessão plenária realizada no dia **27 de junho de 2023** e recebido pelo Gabinete Civil desta Municipalidade na data de **06 de julho de 2023**, em que “Altera a Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019 - Institui no âmbito do Município do Natal/RN o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, prestado mediante compartilhamento de veículo solicitado a partir de rede digital estruturada por Provedor de Rede de Transporte, e dá outras providências”, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal e material, afrontando o art. 16, o art. 21, IX e o art. 39, §1º, todos da Lei Orgânica do Município, bem como os arts. 2º, 60, § 4º, III e 61, §1º, II, b, todos da Constituição Federal na forma das **RAZÕES DE VETO PARCIAL** adiante explicitadas.

**RAZÕES DE VETO PARCIAL**



Como se vê, o presente projeto de lei busca alterar a Lei nº 6.913 de 2019, que regulamenta os serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros prestados por intermédio de aplicativos ou outros recursos da rede digital, instituindo novas regras, requisitos e procedimentos.

Com efeito, a proposição legislativa não merece prosperar em sua integralidade, tendo em vista a inviabilidade prática de certas alterações e, principalmente, o atentado a normas de estatutura constitucional, bem assim às leis federais atinentes à matéria, em especial a Lei nº 12.587/12, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Tais constatações encontram respaldo no parecer da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (AMOBITEC) (Ofício nº 46/2023), também analisado por esta PGM.

Em primeiro plano, impende destacar que a inserção do art. 17-A da Lei nº 6.913/2019, nos moldes em que se acha apresentado, bem como a alteração proposta no art. 14, inciso V, acarretariam grave inconstitucionalidade, diante da confusão entre as competências regulatórias do Ente Municipal e da União a respeito do tema, já que o referido projeto institui novos requisitos não previstos em legislação federal, inobservando o que restou determinado no julgamento da ADPF 449 e RE 1054110 a respeito da Lei nº 12.587/12, a qual instituiu a PNMU (Política Nacional de Mobilidade Urbana).

Ocorre que a referida decisão do Supremo Tribunal Federal estabeleceu que a regulamentação municipal do serviço de transporte individual de passageiros não pode contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal, tendo elencado taxativamente os requisitos exigíveis. A ilegalidade reside, portanto, na exigência de requisitos não previstos na legislação federal, como a exposição permanente do dístico do PRT (art. 14, V) e a realização de cadastro dos usuários com informações excessivamente detalhadas, exigências estas que, inclusive, não são opostas a qualquer outro meio de transporte de Natal.

Além disso, o presente projeto de lei conduz a uma intervenção sobrelevada na liberdade econômica dos particulares, ao criar diversos empecilhos para a prestação de serviços tão relevantes, amparados que estão nos direitos de livre iniciativa, de livre concorrência e nos princípios que conformam a autonomia privada. Nesse sentido, restam claramente inobservados, além do art. 170, inciso IV da CF/88, os ditames da Lei nº 13.874/2019 (“Lei da Liberdade Econômica”).



Desse modo, não há outra conclusão possível senão a de que o presente projeto de lei, em seus art. 17-A e art. 14, inciso V, contém, de fato, vício insanável de inconstitucionalidade formal, por contrariar expressamente preceitos constitucionais, a legislação federal e a jurisprudência da Suprema Corte sobre a matéria.

Pelas razões expostas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, **VETO PARCIALMENTE** o **Projeto de Lei Complementar nº 011/2023**, especificamente o art. 14, inciso V, inserido pelo art. 4º e o art. 17-A, inserido pelo art. 6º.

Atenciosamente,

ÁLVARO COSTA DIAS

**Prefeito**



CMN - F. 10050  
Nº 20/2023  
FOLHA 056



Câmara Municipal do Natal  
A cada dia, a cada hora.

Câmara Municipal do Natal  
Departamento Legislativo

RECEBIDO  
06 07 2023  
P/Souza

Aécio Tavares de Sousa

OFÍCIO Nº 236/2023-RF

Natal, 29 de junho de 2023.

Excelentíssimo Senhor  
**DOUTOR ÁLVARO DA COSTA DIAS**  
Prefeito da Capital  
Nesta.

**Assunto: Encaminhando a Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 11/2023, de autoria da Vereadora Nina Souza**

Senhor Prefeito,

Cumpre-nos encaminhar a Vossa Excelência a Redação Final do **Projeto de Lei Complementar nº 11/2023**, de autoria da Vereadora Nina Souza, aprovado em sessão plenária realizada no dia 27 de junho de 2023, que *"Altera a Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019 – Institui no âmbito do Município do Natal/RN, o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, prestado mediante compartilhamento de veículo solicitado a partir da rede digital estruturada por Provedor de Rede de Transporte, e dá outras providências"*.

Atenciosamente,

ERIKO JÁCOME

Presidente da Câmara Municipal do Natal



OF: 267/2023

PLC: 11/2023

Autor: Nima Souza

Palácio "FELIPE CAMARÃO" em Natal

\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

PREFEITO

CMN - PROCESSO

Nº 80/23

FOLHA 066

## LEI COMPLEMENTAR Nº \_\_\_\_\_

*Altera a Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019 – Institui no âmbito do Município do Natal/RN, o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, prestado mediante compartilhamento de veículo solicitado a partir de rede digital estruturada por Provedor de Rede de Transporte, e dá outras providências .*

### **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL,**

FAÇO SABER que a Câmara Municipal do Natal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** O inciso II do Art. 3º da Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, entende-se por:

(...)

II – CONDUTOR: motorista profissional cadastrado na Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – STTU, para prestar serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, após comprovado o vínculo com um dos PRTs devidamente credenciados na STTU;”

**Art. 2º** O inciso XII e o § 2º do Art. 4º da Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Caberá à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – STTU o acompanhamento, desenvolvimento, a deliberação dos parâmetros e das políticas públicas e a fiscalização dos serviços estabelecidos nesta Lei, competindo-lhe, sem prejuízo de outras obrigações ora não citadas:

(...)

XII – realizar vistorias anuais para verificar as condições do veículo cadastrado, relacionadas a conservação, higiene, segurança, documentação, licenciamento e validade dos seguros obrigatórios;

§ 2º A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – STTU, após aferição dos aspectos de que trata o Inciso XI deste artigo, expedirá Certificado de Vistoria, com validade de 12 (doze) meses, atestando as condições do veículo verificadas na vistoria.”

**Art. 3º** Fica acrescido o § 4º e os incisos IV e VI, e o § 1º do Art. 12 da Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 Os condutores profissionais, interessados em prestar o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, deverão submeter aos PRTs solicitação de cadastro instruída com os seguintes documentos:

(...)

IV – certidão de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS na condição de contribuinte individual ou na condição de Microempreendedor Individual – MEI;

VI – certificado de registro de licenciamento do veículo;

§ 1º O curso de que trata o inciso VII poderá ser ministrado pelos PRTs ou por centros de treinamento autorizados pelo Poder Público, nas modalidades presenciais ou a distância;

§ 4º O uso dos aplicativos do PRTs pelo condutor cadastrado é de caráter personalíssimo, sendo vedada sua utilização por terceiros em qualquer circunstância.”

**Art. 4º** Fica suprimido o inciso III do Art. 14 da Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019, passando os incisos II, V, VIII, e X, assim como a alínea a do inciso VIII, a vigorarem com a seguinte redação:

“Art. 14 O serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, por meio do uso de aplicativo ou outra tecnologia de comunicação em rede, somente poderá ser prestado por veículos devidamente cadastrados nos Provedores de Rede de Transporte – PRTs, que atendam as disposições do Código de Transporte Brasileiro – CTB, bem assim os seguintes requisitos:

(...)

II – ter idade máxima de 10 (dez) anos, contados a partir do ano de fabricação do veículo, considerando-se como data limite para uso o dia 31 de janeiro do ano subsequente aquele em que o veículo completa a idade máxima mencionada neste inciso, por tratar-se de transporte especial de passageiros, objetivando maior conforto e segurança;



V – estar identificado com o dístico discreto removível com a identificação dos PRTs aos quais é vinculado, sendo imprescindível que o dístico do PRT utilizado durante o trabalho esteja exposto;

VIII – que tenha se submetido à vistoria anual pela autoridade de trânsito competente ou por empresas especializadas, autorizadas e supervisionadas pela STTU, sendo dispensada nos seguintes casos:

a) Automóveis de registro de licenciamento com até 36 (trinta e seis) meses após o ano de fabricação;

X – certificado de registro de licenciamento do veículo – CRLV, atualizado.”

**Art. 5º** Fica acrescido o inciso XXII ao Art. 15 da Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15 São deveres dos PRTs:

(...)

XXII – assegurar a proteção aos dados dos motoristas e usuários cadastrados, observando-se o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).”

**Art. 6º** Fica acrescido o Art. 17-A à Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019, passando a Sessão II a vigorar com a seguinte redação:

“Sessão II

Dos Condutores e Usuários

Art. 17-A Para o cadastro como passageiros nos PRTs, os usuários deverão, obrigatoriamente, fornecer no ato do seu cadastramento:

I – documento oficial de identificação válido e com foto;

II – comprovante de endereço;

III – foto (selfie) recente.

§ 1º Os documentos mencionados nesse artigo, colhidos pelos PRTs, não deverão ser fornecidos, em nenhuma hipótese, aos motoristas, devendo ser protegidos e fornecidos apenas, quando solicitados, às autoridades policiais e judiciais no âmbito de investigações e/ou ações judiciais, observando-se o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

§ 2º Os PRTs deverão atualizar os cadastros dos usuários já existentes em suas plataformas, para atender o disposto neste artigo.”



**Art. 7º** O art. 28 da Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019, e seu inciso III, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28 Ficam estabelecidos os seguintes prazos máximos, contados a partir da regulamentação desta Lei pelo Poder Público Municipal:

III – 360 (trezentos e sessenta) dias para adequação dos veículos às exigências previstas no art. 14 desta Lei, exceto a dos Incisos I, IV, VI, VII, IX e X; e para a atualização dos dados dos usuários (passageiros) prevista no art. 17-A desta Lei.”

**Art. 8º** Fica acrescido o Parágrafo único ao art. 24 da Lei nº 6.913 de 19 de junho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. ....

Parágrafo único. As áreas destinadas ao embarque e desembarque dos usuários do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, localizadas em locais privados de uso público, que tenham potencial para interferir diretamente na mobilidade e no trânsito de importantes vias públicas, deverão ser controladas e fiscalizadas pela STTU, devendo os motoristas submeterem-se à autoridade do órgão fiscalizador.”

Sala das Sessões, em Natal, 27 de junho de 2023.

  
Ériko Jácome

- Presidente

  
Aldo Clemente

- Primeiro Secretário

Felipe Alves

- Segundo Secretário

**PROCESSO Nº: 11 / 2023**

CMN - PROCESSO  
Nº 80/2023  
FOLHA 106

OF 236/23 - RF

**Projeto de Lei Complementar:** 11 / 2023

**Data de entrada:** 25 de Maio de 2023

**Autor:** Nina Souza

**Protocolo:** 3025 / 2023

**Ementa:** "Altera a Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019 - Institui no âmbito do Município do Natal/RN, o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, prestado mediante compartilhamento de veículo solicitado a partir de rede digital estruturada por Provedor de Rede de Transporte, e dá o[...]"

OF 267/23 - RF  
Republ. Inconvênio

**Despacho Inicial:**

**NORMA JURIDICA**

Estado do Rio Grande do Norte

Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

GABINETE DA VEREADORA NINA

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 11/2023  
FOLHA: 02 RC

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 11/2023**

*“Altera a Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019 - Institui no âmbito do Município do Natal/RN, o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, prestado mediante compartilhamento de veículo solicitado a partir de rede digital estruturada por Provedor de Rede de Transporte, e dá outras providências.”*

**Art. 1º** - O inciso II do Art. 3º da Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Para fins do disposto nesta Lei, entende-se por:  
(...)

II - CONDUTOR: motorista profissional cadastrado na Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – STTU, para prestar serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, após comprovado o vínculo com um dos PRTs devidamente credenciados na STTU;”

**Art. 2º** - O inciso XII e o § 2º do Art. 4º da Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - Caberá à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - STTU o acompanhamento, desenvolvimento, a deliberação dos parâmetros e das políticas públicas e a fiscalização dos serviços estabelecidos nesta Lei, competindo-lhe, sem prejuízo de outras obrigações ora não citadas:  
(...)

XII – realizar vistorias anuais para verificar as condições do veículo cadastrado, relacionadas a conservação, higiene, segurança, documentação, licenciamento e validade dos seguros obrigatórios;

§ 2º - A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – STTU, após aferição dos aspectos de que trata o Inciso XI deste artigo, expedirá Certificado de Vistoria, com validade de 12 (doze) meses, atestando as condições do veículo verificadas na vistoria.”

**Art. 3º** - Fica acrescido o § 4º e os incisos IV e VI, e o § 1º do Art. 12 da Lei nº



CMN - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº \_\_\_\_\_  
FOLHA: \_\_\_\_\_

CMN - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 80/23  
FOLHA 116



Estado do Rio Grande do Norte

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 11/2023  
FOLHA: 02 PRC

Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

### GABINETE DA VEREADORA NINA

6.913, de 19 de junho de 2019, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 – Os condutores profissionais, interessados em prestar o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, deverão submeter aos PRTs solicitação de cadastro instruída com os seguintes documentos:

(...)

IV – certidão de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS na condição de contribuinte individual ou *na condição de Microempreendedor Individual* – MEI;

VI – certificado de registro de licenciamento do veículo;

§ 1º – O curso de que trata o inciso VII poderá ser ministrado pelos PRTs ou por centros de treinamento autorizados pelo Poder Público, nas modalidades presenciais ou a distância;

§ 4º – O uso dos aplicativos dos PRTs pelo condutor cadastrado é de caráter personalíssimo, sendo vedada sua utilização por terceiros em qualquer circunstância.”

**Art. 4º** - Fica suprimido o inciso III do Art. 14 da Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019, passando os incisos II, V, VIII, e X, assim como a alínea a do inciso VIII, a vigorarem com a seguinte redação:

“Art. 14 – O serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, por meio do uso de aplicativo ou outra tecnologia de comunicação em rede, somente poderá ser prestado por veículos devidamente cadastrados nos Provedores de Rede de Transporte - PRTs, que atendam as disposições do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, bem assim os seguintes requisitos:

(...)

II – ter idade máxima de 10 (dez) anos, contados a partir do ano de fabricação do veículo, considerando-se como data limite para uso o dia 31 de janeiro do ano subsequente aquele em que o veículo completa a idade máxima mencionada neste inciso, por tratar-se de transporte especial de passageiros, objetivando maior conforto e segurança;

V – estar identificado com o dístico discreto removível com a identificação dos PRTs aos quais é vinculado, sendo imprescindível que o dístico do PRT utilizado durante o trabalho esteja exposto;



Estado do Rio Grande do Norte

Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

GABINETE DA VEREADORA NINA

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 13/2023  
FOLHA: 03 PRE

VIII – que tenha se submetido à vistoria anual pela autoridade de trânsito competente ou por empresas especializadas, autorizadas e supervisionadas pela STTU, sendo dispensada nos seguintes casos:

a) automóveis com até 36 (trinta e seis) meses após o ano de fabricação;

X – certificado de registro de licenciamento do veículo – CRLV, atualizado.”

**Art. 5º** - Fica acrescido o inciso XXII ao Art. 15 da Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15 – São deveres dos PRTs:  
(...)

XXII – assegurar a proteção aos dados dos motoristas e usuários cadastrados, observando-se o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).”

**Art. 6º** - Fica acrescido o Art. 17A à Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019, passando a Sessão II a vigorar com a seguinte redação:

“SESSÃO II  
Dos Condutores e Usuários

Art. 17A – Para o cadastro como passageiros nos PRTs, os usuários deverão, obrigatoriamente, fornecer no ato do seu cadastramento:

I – Documento oficial de identificação válido e com foto;

II – Comprovante de endereço;

III – Foto (selfie) recente.

§ 1º. Os documentos mencionados nesse artigo, colhidos pelos PRTs, não deverão ser fornecidos, em nenhuma hipótese, aos motoristas, devendo ser protegidos e fornecidos apenas, quando solicitados, às autoridades policiais e judiciais no âmbito de investigações e/ou ações judiciais, observando-se o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

§ 2º. Os PRTs deverão atualizar os cadastros dos usuários já existentes em suas plataformas, para atender o disposto neste artigo.”

**Art. 7º** - O Art. 28 da Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019, e seu inciso III, passam

CMN - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº                       
FOLHA:                     

CMN - PROJETO DE LEI  
Nº 20/2023  
FOLHA 12-17



*Estado do Rio Grande do Norte*

*Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho*

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 11/2023  
FOLHA: 0380

**GABINETE DA VEREADORA NINA**

a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28 Ficam estabelecidos os seguintes prazos máximos, contados a partir da regulamentação desta Lei pelo Poder Público Municipal:

III – 360 (trezentos e sessenta) dias para adequação dos veículos às exigências previstas no art. 14 desta Lei, exceto a dos Incisos I, IV, VI, VII, IX e X; e para a atualização dos dados dos usuários (passageiros) prevista no art. 17A desta Lei.”

Sala das Sessões, Palácio Padre Miguelinho, em 24 de maio de 2023.

**NINA**  
**Vereadora PDT**



CMN - PROCESSO  
Nº 80/2023  
FOLHA 135



Estado do Rio Grande do Norte  
Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

**GABINETE DA VEREADORA NINA**

CMN - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº ~~11/2023~~  
FOLHA: ~~04 (RC)~~

**JUSTIFICATIVAS**

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 11/2023  
FOLHA: 04 (RC)

No ano de 2019, seguindo disposições previstas na Legislação Federal, e após longas e exaustivas discussões, essa casa aprovou a Lei nº 6.913, que instituiu, no âmbito do Município do Natal/RN, o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros. Apesar de todo esse esforço, já se passaram 4 anos e a referida Lei ainda não foi regulamentada pelo Poder Executivo.

Diante da evolução da Legislação Federal e de decisões do Supremo Tribunal Federal, ocorridas após sua sanção, é chegado o momento de adequar a Lei nº 6.913/2019 para que, após os ajustes necessários, a norma siga para a necessária regulamentação pelo Poder Executivo do nosso Município.

Por fim, com as alterações apresentadas nesse projeto de lei, devidamente justificadas listadas a seguir, busca-se mais uma vez avançar nessa matéria tão importante para milhares de trabalhadores e trabalhadoras, como também para passageiros e passageiras que utilizam esse serviço que já faz parte do cotidiano do cidadão Natalense.

**O Art. 1º** deste Projeto de Lei, corrige erro formal alterando o Art. 3º da Lei nº 6.913/2019, que em seu inciso II refere-se à atividade como “serviço de transporte remunerado individual de passageiros”, quando, na verdade, como definido na Legislação Federal e no próprio caput da Lei nº 6.913/2019, trata-se do “serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros”;

**LEI Nº 6.913, DE 19 DE JUNHO DE 2019**

*Institui no âmbito do Município do Natal/RN, o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, prestado mediante compartilhamento de veículo solicitado a partir de rede digital estruturada por Provedor de Rede de Transporte.*

**O Art. 2º** deste Projeto de Lei, altera o inciso XII e o § 2º do Art. 4º da Lei nº 6.913/2019, que mencionam a obrigatoriedade do uso de extintor de incêndio nos veículos utilizados para o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros. A alteração objetiva a adequação à Resolução CONTRAN Nº 919 DE 28/03/2022, que traz essa obrigatoriedade do uso de extintor de incêndio apenas para veículos utilizados no transporte “coletivo” de passageiros, ao tempo em que faculta o uso aos automóveis.

**Resolução CONTRAN Nº 919 DE 28/03/2022**

*Art. 2º É obrigatória a instalação do extintor de incêndio para caminhão, caminhão-trator, micro-ônibus, ônibus*



CMN - 30/2023  
FOLHA: 13 PR



CMN - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº \_\_\_\_\_  
FOLHA: \_\_\_\_\_

Estado do Rio Grande do Norte

Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

### GABINETE DA VEREADORA NINA

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 11/2023  
FOLHA: 05 PR

e para todo veículo utilizado no transporte coletivo de passageiros, do tipo e capacidade constantes da tabela do Anexo desta Resolução, instalado na parte dianteira do habitáculo do veículo, ao alcance do condutor.

§ 1º É facultativa, por opção do proprietário, a instalação do extintor de incêndio para automóveis, utilitários, camionetas, caminhonetes e triciclos de cabine fechada.

O Art. 3º deste Projeto de Lei, altera os incisos IV e VI, e o § 1º do Art. 12 da Lei nº 6.913/2019, que trata da do cadastramento dos condutores nos PRTs, incluindo, no inciso IV a possibilidade de comprovação de contribuição previdenciária na condição de Microempreendedor Individual – MEI;

#### **Resolução CGSN Nº 148, de 2 de agosto de 2019**

Altera a Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

O Comitê Gestor do Simples Nacional, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007, e o Regimento Interno aprovado pela Resolução CGSN nº 1, de 19 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Fica incluída no Anexo XI da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, a seguinte ocupação: **MOTORISTA DE APLICATIVO INDEPENDENTE** | CNAE: 4929/99.

- A alteração no inciso VI, do Art. 12 da Lei nº 6.913/2019, faz-se necessária para a exclusão da obrigatoriedade da apresentação do Certificado de Registro de Licenciamento do Veículo no Município de Natal, adequando a norma à tese de repercussão geral do Supremo Tribunal, fixada nos autos do RE 1054110, que estabelece a inconstitucionalidade de qualquer norma que restrinja a atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência, como também determina que as competências dos municípios e do Distrito Federal na regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal.



Estado do Rio Grande do Norte

Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

**GABINETE DA VEREADORA NINA**

*Decisão: O Tribunal, por maioria, fixou a seguinte tese de repercussão geral: “1. A proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência; e 2. No exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, os Municípios e o Distrito Federal não podem contrariar os parâmetros fixados pelo legislador federal (CF/1988, art. 22, XI)”, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 09.05.2019.*

- A alteração do § 1º do Art. 12 da Lei nº 6.913/2019, visa apenas corrigir erro formal ao referenciar seu conteúdo ao inciso VII, e não ao inciso VI, ambos do mesmo artigo;

- A inclusão do § 4º ao Art. 12 da Lei nº 6.913/2019, tem como objetivo combater possíveis fraudes que envolvam o uso dos aplicativos por pessoas não cadastradas nas plataformas, já que se trata de uso de caráter personalíssimo, onde o motorista cadastrado, e somente ele, pode utilizar seu perfil nos PRTs.”

**O Art. 4º** deste Projeto de Lei, que trata do cadastramento dos veículos nos PRTs, suprime o inciso III e altera a redação dos incisos II, V, VIII, e X, assim como a alínea a do inciso VIII do Art. 14 da Lei nº 6.913/2019.

- A supressão do inciso III, do Art. 14 da Lei nº 6.913/2019, ocorre por tratar-se, de imposição de restrição ao exercício da atividade, já exposta em justificativa anterior, prevista como inconstitucional de acordo a Tese de Repercussão Geral estabelecida no âmbito do RE 1054110;

- A alteração do inciso II do Art. 14 da Lei nº 6.913/2019, visa facilitar o controle a respeito da verificação da idade máxima do veículo. No texto vigente, a base para referenciar a idade do veículo é a data da emissão do 1º CRLV. Ocorre que essa informação não está disponível na consulta de dados do veículo disponibilizada pelo DETRAN e, como a grande maioria dos veículos utilizados não pertencem ao primeiro proprietário, a obtenção dessa informação se torna extremamente difícil. Ao alterar o texto para ter como referência o ano de fabricação e o limite de uso do veículo para o mês de janeiro do ano subsequente ao que o veículo completa 10 anos, traz-se a facilidade do controle da exigência, mantendo-se a idade máxima ainda no parâmetro de 10 anos, como

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 80/2023  
FOLHA: 148

CMN - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº  
FOLHA:



Estado do Rio Grande do Norte

Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

**GABINETE DA VEREADORA NINA**

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 80/2023  
FOLHA: 158

estabelecido no texto atual.

- Visto que os dísticos de identificação dos PRTs serão removíveis, a alteração do inciso V, visa deixar claro a imprescindibilidade do uso do dístico identificador do PRT utilizado pelo motorista no exato momento em que o profissional exercer a sua atividade:

- A alteração do inciso VIII, do Art. 14 da Lei nº 6.913/2019, mantém a necessidade da submissão dos veículos à vistoria anual, facultando ao órgão a execução da vistoria nas suas instalações e com pessoal próprio, se assim decidir.

- A alteração na alínea “a” do inciso VIII, do Art. 14 da Lei nº 6.913/2019, corrige erro formal ao substituir a expressão “data de publicação” para “ano de fabricação”.

- A alteração do inciso X, do Art. 14 da Lei nº 6.913/2019, trata, mais uma vez, de imposição de restrição ao exercício da atividade, já exposta em justificativa anterior, prevista como inconstitucional de acordo a Tese de Repercussão Geral estabelecida no âmbito do RE 1054110;

**O Art. 5º** deste Projeto de Lei acrescenta o inciso XXII do Art. 14 da Lei nº 6.913/2019, para a devida adequação à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visando proteger os dados compartilhados por motoristas e usuários cadastrados no serviço de transporte remunerado individual de passageiros.

**O Art. 6º** deste Projeto de Lei, com o intuito de aumentar a segurança dos motoristas e mitigar problemas relacionados ao mau uso dos aplicativos, acrescenta o Art. 17A à Lei nº 6.913/2019, que estabelece a obrigatoriedade da apresentação de documentos pessoais no ato do cadastramento pelos passageiros dos PRTs, como também a atualização cadastral dos usuários já cadastrados.

**O Art. 7º** deste Projeto de Lei, altera o Art. 28 da Lei nº 6.913/2019, e seu inciso III, a fim de esclarecer os prazos para adequação às normas estabelecidas em seu texto.

Natal/RN, 03 de abril 2023.

**NINA**  
**Vereadora PDT**

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 80/2023  
FOLHA 15ª

CMN - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº  
FOLHA:



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE NATAL**

TRABALHANDO PELO BEM DA NOSSA CIDADE

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 111/2023  
FOLHA: DE PRÉ

### DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 11 / 12023 na data de hoje, encaminhando-a à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de 15 dias, por se encontrar no regime de tramitação ordinário, nos termos do artigo 52, II, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 30 de Maio de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
**PRESIDENTE**

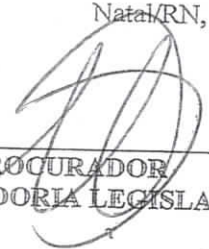
### PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☒ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☐ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação
- ☐ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Mulheres, Idosos, Trabalho e Igualdade
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação.
- ☒ Comissão de Transportes, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☐ Comissão de Desporto e Qualidade de Vida

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 30 de Maio de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
**PROCURADOR  
PROCURADORIA LEGISLATIVA**





*Câmara Municipal de Natal*

A casa do povo. A sua casa.

CMN - PROCESSO  
Nº 80/2023  
FOLHA 168

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 11/2023  
FOLHA: 07-PR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	11/2023
AUTOR(A)	Vereadora Nina Souza
DESTINO	Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

**CERTIDÃO**

**CERTIFICO** e dou fé que, consultando a base de dados deste Departamento Legislativo, não foi identificada a existência de proposição em tramitação ou já convertida em Lei semelhante a esta nesta Casa Legislativa.

Resolvido que esta certidão não exclui a apreciação das Comissões Temáticas para decidir sobre a existência ou não de proposição similar, podendo incorrer no disposto no art. 59, inciso VI e VII, do regimento interno desta Casa Legislativa Municipal.

Natal, 31 de Maio de 2023.

  
**José Dário da Silva Junior**  
Assessor Técnico Administrativo  
MAT.: 5412722





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

**LEI Nº 6913 de 19 de junho de 2019**

Institui no âmbito do Município do Natal/RN, o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, prestado mediante compartilhamento de veículo solicitado a partir de rede digital estruturada por Provedor de Rede de Transporte.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL,**

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL aprovou e que sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O presente diploma legal regulamenta, no âmbito do Município do Natal, o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, com fundamento no art. 4º, inciso X da Lei Federal nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), assim como o art. 11-A do mesmo ordenamento legal, modificado pela Lei Federal nº 13.640/2018.

**Art. 2º** O serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros por meio de aplicativo ou outra tecnologia de comunicação em rede disponibilizada por pessoa jurídica prestadora de serviço de intermediação no Município de Natal/RN, será prestado através da realização de viagens individualizadas ou compartilhadas por particulares devidamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação de rede que operam o serviço, nas condições estabelecidas por esta Lei.

**Parágrafo único.** O serviço de transporte de que trata o *caput* não será aberto ao público em geral, mas restrito às chamadas dos usuários previamente cadastrados, realizadas exclusivamente, por meio de acesso aos aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede, gerido por empresas Provedoras de Rede de Transporte - PRTs, que terão a finalidade de receber dos usuários a solicitação do serviço e de distribuí-lo entre os seus prestadores, os motoristas profissionais autônomos com veículos cadastrados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

**CAPÍTULO II  
DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 3º** Para fins do disposto nesta Lei, entende-se por:

I - **PROVEDOR DE REDE DE TRANSPORTE - PRT**: a empresa, a organização que por meio de rede digital estruturada, disponibiliza conjunto de funcionalidades acessíveis por meio de terminal conectado à internet, ou plataformas tecnológicas para agenciamento de viagens, visando à conexão de passageiros e prestadores do serviço de que trata esta Lei;

II - **CONDUTOR**: motorista profissional cadastrado na Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – STTU, para prestar serviço de transporte remunerado individual de passageiros, após comprovado o vínculo com um dos PRTs devidamente credenciados na STTU;

III - **VEÍCULO**: meio de transporte de propriedade do condutor ou de outrem, que atenda os requisitos desta Lei, do CTB e regularmente estejam cadastrados na Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – STTU, vinculados a um dos PRTs cadastrados regularmente;

IV - **USUÁRIO**: pessoa física que utiliza o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, mediante a adesão e uso do aplicativo do PRT;

V - **APLICATIVO OU OUTRA TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÃO EM REDE**: ambiente de intermediação que disponibiliza, opera e controla o serviço de agenciamento de viagens, visando à conexão de passageiros e prestadores de serviço;

VI - **VIAGEM**: serviço prestado pelo condutor ao usuário por meio do PRT contendo os dados de origem, destino, tempo total, distância, mapa do trajeto percorrido, data, horário, valor total pago, identificação do condutor e veículo;

VII - **CERTIFICADO ANUAL DE CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS - CAC**: resultado final da habilitação municipal da pessoa jurídica para operação no sistema viário urbano do Município do Natal/RN, concedida em caráter precário e personalíssimo para o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, por meio de aplicativo ou outra tecnologia de comunicação em rede;

VIII - **SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA - STTU**: órgão gestor do município responsável pelo gerenciamento, normatização, controle e fiscalização.

IX - **TRANSPORTE REMUNERADO PRIVADO INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS**: trata-se de um serviço remunerado de transporte de passageiros, de natureza privada, não aberto ao público, para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas,



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

solicitadas, exclusivamente, por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede.

X – CERTIFICADO DE CONDUTOR – CC: A título personalíssimo e precário concedido ao condutor, após preenchidos os requisitos previstos nesta Lei para a execução do serviço com validade de 12 (doze) meses, após esse período, este deverá ser renovado na STTU. É facultado aos taxistas suas inscrições nos aplicativos cadastrados em Natal/RN.

Y – CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR: Documento expedido pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – STTU, para fins de identificação do motorista profissional cadastrado em qualquer dos aplicativos dos PRTs credenciados naquele órgão.

**CAPÍTULO III**  
**DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL**

**Art. 4º** Caberá à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - STTU o acompanhamento, desenvolvimento, a deliberação dos parâmetros e das políticas públicas e a fiscalização dos serviços estabelecidos nesta Lei, competindo-lhe, sem prejuízo de outras obrigações ora não citadas:

- I – formular políticas e diretrizes para os PRTs;
- II – disciplinar, normatizar, fiscalizar e tributar os PRTs;
- III – gerir os processos de análise e de credenciamento relacionados aos PRTs;
- IV – disciplinar a prestação de serviços nos PRTs;
- V – receber, armazenar, manter organizadas e atualizadas as bases de dados e informações relacionadas aos PRTs, garantindo a confidencialidade e o sigilo dos dados cadastrais dos condutores, usuários dos PRTs, e seus veículos;
- VI – definir os parâmetros de credenciamento dos PRTs;
- VII – expedir portarias e demais legislações sobre a matéria;
- VIII – manter atualizados os parâmetros de exigência para o credenciamento de condutores e veículos nos PRTs, como, também, dos PRTs frente à STTU;
- IX – manter atualizados os parâmetros de exigência para o cadastramento de condutores e veículos nos PRTs, como, também, do credenciamento dos PRTs frente à STTU;
- X – fiscalizar práticas e condutas abusivas cometidas pelos PRTs e condutores;
- XI – disponibilizar uma central de atendimento aos usuários para eventuais abusos ou inobservância desta Lei;





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

XII – realizar vistorias anuais para verificar as condições do veículo cadastrado, relacionadas a conservação, higiene, segurança, documentação, licenciamento, porte do extintor de incêndio e validade dos seguros obrigatórios;

XIII – aplicar as penalidades cabíveis;

XIV – fiscalizar o cumprimento desta Lei.

§ 1º. Atendidos os requisitos desta Lei, especialmente as disposições contidas no art. 12, a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – STTU expedirá a carteira de identificação do Condutor em favor do motorista profissional que a ela faz jus.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – STTU, após aferição dos aspectos de que trata o Inciso XI deste artigo, expedirá Certificado de Vistoria, com validade de 12 (doze) meses, atestando as condições do veículo verificadas na inspeção.

**CAPÍTULO IV**  
**DOS REQUISITOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**Seção I**  
**Do Credenciamento dos PRTs**

Art. 5º. Os Provedores de Rede de Transporte – PRTs que se dispuserem explorar a atividade econômica do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros deverão, por ato próprio, se credenciar junto ao Poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – STTU.

**Parágrafo único:** O credenciamento a que se refere o *caput* poderá ser realizado por pessoa jurídica que seja titular do direito de uso de provedor de aplicações de internet ou plataforma tecnológica eletrônica de comunicação em rede, acessível por meio de terminal conectado à internet, destinado à prestação dos serviços definidos nesta Lei, que esteja em dia com as obrigações municipais, tributárias e não tributárias, devidamente quitadas.

Art. 6º. Os Provedores de Rede de Transporte – PRTs interessados deverão protocolar junto à STTU, requerimento de credenciamento, com a expressa concordância, irrevogável e irretroatável, com as disposições desta Lei, instruído com os seguintes documentos:

I – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, cujo objeto seja compatível com as atividades previstas nesta norma;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

**Art. 12** Os condutores profissionais, interessados em prestar o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, deverão submeter aos PRTs solicitação de cadastro instruída com os seguintes documentos:

I – carteira nacional de habilitação – CNH definitiva na Categoria B ou superior, com a informação de que exerce atividade remunerada, conforme especificações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

II – certidão negativa de antecedentes criminais nas esferas Estadual e Federal;

III – comprovante domiciliar das Cidades da Região Metropolitana atualizado, e com data não inferior a 90 (noventa) dias;

IV – certidão de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS na condição de contribuinte individual;

V – declaração obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT;

VI – certificado de registro de licenciamento do veículo no Município do Natal/RN – CRLV atualizado;

VII – comprovante de aprovação em curso de formação, com conteúdo mínimo a ser definido pelo órgão competente do município.

§ 1º. O curso de que trata o inciso VI poderá ser ministrado pelos PRTs ou por centros de treinamento autorizados pelo Poder Público, nas modalidades presenciais ou a distância.

§ 2º. Poderá ser aceito o comprovante de outros cursos de formação, desde que o seu conteúdo mínimo corresponda com o definido pelo órgão competente do município.

§ 3º. A aprovação obtida em um único curso de formação que cumpra os requisitos definidos pelo órgão fiscalizador será válida para cadastramento em qualquer PRT.

**Art. 13** A prestação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros está sujeita ao cumprimento das disposições contidas nesta Lei e do cadastro junto aos PRTs.

**Parágrafo Único:** Caso seja encontrada qualquer inconsistência ou fraude nos dados e informações na documentação apresentada pelo condutor aos agentes de fiscalização da STTU, a autorização concedida pelo PRT será imediatamente suspensa, ficando o condutor proibido de exercer a atividade, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

**Seção III**  
**Do Cadastramento dos Veículos nos PRTs**

**Art. 14.** O serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, por meio do uso de aplicativo ou outra tecnologia de comunicação em rede, somente poderá ser prestado por veículos devidamente cadastrados nos Provedores de Rede de Transporte - PRTs, que atendam as disposições do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, bem assim os seguintes requisitos:

- I – pertencer à categoria de passageiros, tipo particular;
- II – ter idade máxima de 10 (dez) anos, a contar da emissão do primeiro CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo), por tratar-se de transporte especial de passageiros, objetivando maior conforto e segurança;
- III – os veículos não licenciados no Município de Natal, terão o prazo de 1 (um) ano, para regularização, sob pena da suspensão e extinção da permissão do cadastro.
- IV – possuir ao menos 04 (quatro) portas e capacidade máxima para 07 (sete) passageiros e ar condicionado em perfeito funcionamento;
- V – estar identificado com o dístico discreto removível e com a identificação dos PRTs aos quais é vinculado;
- VI – cumprir a legislação vigente quanto à exigência e uso do extintor de incêndio;
- VII – prestar serviço única e exclusivamente por meio dos PRTs;
- VIII – que tenha se submetido à inspeção veicular anual por empresas especializadas, supervisionada pela autoridade de trânsito competente, sendo dispensada nos seguintes casos:
  - a) automóveis com até 36 (trinta e seis) meses após a data de publicação;
  - b) automóveis que apresentam certificado de conclusão de inspeção veicular de GNV realizada no últimos 12 (doze) meses;
- IX – seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT;
- X – certificado de registro de licenciamento do veículo – CRLV, no Município do Natal/RN, atualizado.

**CAPÍTULO V**  
**DAS OBRIGAÇÕES**

**Seção I**  
**Das Empresas Provedoras de Rede de Transporte – PRTs**

**Art. 15.** São deveres dos PRTs:





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

§ 1º As sanções administrativas impostas ao infrator não o isenta das responsabilidades cíveis e penais cabíveis.

§ 2º. As penalidades previstas neste artigo bem como eventuais recursos, serão regulamentadas pelo Poder Executivo Municipal.

**Art. 23** A fiscalização dos serviços dos PRTs será exercida pelos fiscais municipais de transportes da STTU.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 24** Caberá a STTU definir e identificar locais específicos e exclusivos para embarque e desembarque de usuários na Rodoviária de Natal, em locais fixos próximos a pontos de grande circulação de pessoas e, ocasionalmente, em eventos que comportem grande demanda de usuários.

**Art. 25** O Poder Público Municipal, após 02 (dois) anos da publicação desta Lei, de posse das informações compartilhadas pelos PRTs, divulgará estudo técnico abordando os impactos ambientais, econômicos e de mobilidade urbana, gerado pelo serviço de que trata essa norma.

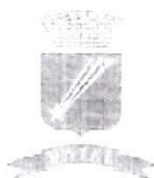
**Art. 26.** Com o objetivo de reduzir custos e utilizar a inovação em favor de melhorias no processo de mobilidade urbana e na qualidade do serviço, a STTU poderá celebrar convênios com os PRTs para a utilização das ferramentas digitais.

**Art. 27** O Município do Natal não será responsável por atos praticados pelos PRTs e seus motoristas cadastrados, bem assim por quaisquer prejuízos decorrentes da execução do serviço tratada nesta Lei, inclusive, os resultantes de infrações a dispositivos legais, dolo, ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência.

**Art. 28** Ficam estabelecidos os seguintes prazos máximos, contados da publicação desta Lei:

I - 30 (trinta) dias para o requerimento de credenciamento dos Provedores de Rede de Transporte - PRTs, nos termos do art. 6º desta Lei;

II - 60 (sessenta) dias para o compartilhamento com a STTU das informações relativas aos condutores e veículos cadastrados junto aos PRTs, nos termos do art. 15 desta Lei;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

III – 360 (trezentos e sessenta) dias para adequação dos veículos às exigências previstas no art. 1º desta Lei, exceto a dos Incisos I, IV, VI, VII e IX.

**Art. 29** A exploração do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros sem o cumprimento do disposto na legislação federal e nesta Lei caracterizará transporte ilegal de passageiros para todos os efeitos legais.

**Art. 30** O serviço de que trata esta Lei sujeitar-se-á ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, nos termos da legislação pertinente, sem prejuízo da incidência de outros tributos aplicáveis.

**Art. 31** O Poder Público Municipal não poderá limitar o número de veículos e condutores cadastrados dos PRTs.

**Art. 32** As receitas do Município obtidas com os pagamentos previstos nesta Lei serão destinadas a projetos na área de transporte público, conservação da malha viária e mobilidade urbana.

**Art. 33** O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei.

**Art. 34** Esta Lei entrará em vigor após sua publicação em Diário Oficial do Município de Natal/RN, e conceder-se-á o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação, para cadastramento dos PRTs dos veículos e dos condutores no órgão gestor, a STTU.

Sala das Sessões, em Natal, 11 de junho de 2019.

**Paulinho Freire** - Presidente

**Felipe Alves** - Primeiro Secretário

**Dickson Nasser Júnior** - Segundo Secretário

Publicada no Diário Oficial do Município de Natal em 21 de junho de 2019.  
Autor: Vereadora Nina Souza e subscrito pelos vereadores Maurício Gurgel, Kleber Fernandes, Preto Aquino e o ex-vereador Sandro Pimentel.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

DESIGNO O VEREADOR (A) Kleber

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS  
INICIANDO EM, 19/06/2023

Nina Souza  
**VER. NINA SOUZA**  
**PRÉSIDENTE**



PAROCEIR

CMIN - 57-2023-30  
Nº 80/2023  
FOLHA 26<sup>a</sup>

Criminal - Projeto de Lei  
Número. 33/2023  
Folha. 37 - 60

Trata-se de PL que visa a alterar a Lei Municipal nº 6.913/2019 que regulamentava o serviço de transporte reduzido privado individual de passageiros, prestado mediante compartilhamento de veículo selecionado a partir de rede digital estruturada por aplicativo de transporte.

A proposta em tela substancialmente o objeto da Lei Original, tratando-se de adequação à legislação federal e às decisões do STF que vieram após a sanção da Lei Municipal nº 6.913/2019.

Nesse sentido, inexistindo óbice à tramitação do Projeto, concluo pela Aprovação Total do

em 14/2023

Natal, 11 de Janeiro de 2023.

Alber Fernandes





CMN - PROCESSO  
Nº 80/23  
FOLHA 278

Natal - Projeto de Lei  
Número 11/2023  
Data 15-09-2023

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

- ☒ PROJETO DE LEI      ☐ RESOLUÇÃO      ☐ DECRETO LEGISLATIVO  
☐ EMENDA À L.O.M.      ☐ VETO      ☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
☐ PROCESSO      ☐ EMENDA

Nº 11/2023.

Autor(a) Vereador(a): Nina Souza

Chefe do Executivo: ( )

Relator(a) Vereador(a): Kleber Fernandes

VOTO DE DIVERGÊNCIA: \_\_\_\_\_

RESULTADO DA DIVERGÊNCIA: \_\_\_\_\_

VOTO DO RELATOR: Favorável

Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 2023.

Vereadora Nina Souza  
Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereador Raniere Barbosa  
Vice-Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereadora Brisa Bracchi  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereadora Camila Araújo  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereador Klaus Araújo  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereador Kleber Fernandes  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereador Preto Aquino  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

CMN - Projeto de Lei Complementar  
Nº 80/2023  
FOLHA 284

CMN - Projeto de Lei Complementar  
Número: 11/2023  
Folhas: 19/20

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS, CONTROLE E  
FISCALIZAÇÃO**

DESIGNO O VEREADOR (A)

Raniere Barbosa

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS  
INICIANDO EM 21/06/23

Raniere Barbosa  
VER. RANIERE BARBOSA  
PRESIDENTE





NATAL  
Câmara Municipal de Natal  
Vereador(a) \_\_\_\_\_

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 80/2023  
FOLHA 29ª

CMN - Projeto de Lei Complementar  
Número: 11/2023  
Folhas: 30ª

## TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Aos 27 de junho de 2023, procedi à juntada de uma Emenda Aditiva nº 12/2023, apresentada pela Vereadora Nina Souza, ao Projeto de Lei Complementar nº 11/2023, de autoria da mesma Vereadora.

E, para constar, lavrei o presente termo que subscrevo.

Natal, 27 de junho de 2023.

  
Juliana Celly Medeiros Costa

Assessora Técnica Legislativa

Mat. 541538-1



CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 80/23  
FOLHA 308

**NINA**  
VEREADORA

CMN - Projeto de Lei Complementar  
Número: 11/23  
Folhas: 28 A

Estado do Rio Grande do Norte

Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho

**GABINETE DA VEREADORA NINA**

## **EMENDA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2023**

Insere dispositivo no Projeto de Lei Complementar nº 11/2023 que propõe alteração na Lei nº 6.913, de 19 de junho de 2019.

Art. 8º – Fica acrescido o Parágrafo Único ao Art. 24 da Lei nº 6.913 de 19 de junho de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24 – .....

*Parágrafo Único: As áreas destinadas ao embarque e desembarque dos usuários do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, localizadas em locais privados de uso público, que tenham potencial para interferir diretamente na mobilidade e no trânsito de importantes vias públicas, deverão ser controladas e fiscalizadas pela STTU, devendo os motoristas submeterem-se à autoridade do órgão fiscalizador.*

Sala das Sessões, Palácio Padre Miguelinho, 27 de junho de 2023.

**NINA**

**Vereadora PDT**

**APROVADO**  
EM 27/06/2023  
Presidente



CMN - Projeto de Lei Complementar  
Nº 80/23  
FOLHA 318

CMN - Projeto de Lei Complementar

Número: 11/23

Folhas: 22 fls

**NINA**  
VEREADORA

*Estado do Rio Grande do Norte*  
*Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho*  
**GABINETE DA VEREADORA NINA**

**JUSTIFICATIVA**

Locais de grande aglomeração de pessoas, que disponibilizem áreas embarque e desembarque dos usuários do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, precisam do controle do órgão público para disciplinar o seu uso, seja pela segurança dos usuários, passageiros e motoristas, seja pelo potencial de interferência direta na mobilidade e no trânsito das vias públicas que dão acesso a esses locais.

Natal/RN, 27 de junho de 2023.

**NINA**  
**Vereadora PDT**





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

**REQUERIMENTO**

**APROVADO**  
EM: 27/06/2023  
Presidente

Nós, abaixo assinados, **VEREADORES** componentes de este Poder Legislativo, **REQUEREMOS**, nos precisos termos dos Arts. 196 e 197, §§ 1º e 3º, da **RESOLUÇÃO Nº 337/05, URGÊNCIA E DISPENSA DE INTERSTÍCIO, para tramitação das seguintes matérias: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2023** (Autoria: Vereadora Nina Souza); **PROJETOS DE LEI: Nº 206/2018** (Autoria: Vereadora Julia Arruda), **Nº 110/2020** (Autoria: Vereadora Ana Paula), **Nº 322/2023** (Autoria: Chefe do Poder Executivo). **Para colher assinaturas dos Senhores Vereadores e Vereadoras.**

1.	16.
2.	17.
3.	18.
4.	19.
5.	20.
6.	21.
7.	22.
8.	23.
9.	24.
10.	25.
11.	26.
12.	27.
13.	28.
14.	29.
15.	<b>TOTAL DE ASSINATURAS: ( )</b>



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 80/23

FOLHA 338

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 12/2023

FOLHA: 249

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

- ( ) PROJETO DE LEI ( ) RESOLUÇÃO ( ) DECRETO LEGISLATIVO  
( ) EMENDA À L.O.M. ( ) VETO (x) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
( ) PROCESSO ( ) EMENDA

Nº 11/2023

Autor(a) Vereador(a): NINA SOUZA

Chefe do Executivo: ( )

Relator(a) Vereador(a): KLEBER FERNANDES

RELAÇÃO DE DIVERGÊNCIA:

RESULTADO DA DIVERGÊNCIA:

VOTO DO RELATOR: FAVORÁVEL À EMENDA

Sala das Comissões, em 21 de JUNHO de 2023.

Vereadora Nina Souza  
Presidente

- (x) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Raniero Barbosa  
Vice-Presidente

- (x) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereadora Brisa Bracchi  
Membro

- (x) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereadora Camila Araújo  
Membro

- (x) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Klaus Araújo  
Membro

- ( ) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Kleber Fernandes  
Membro

- (x) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Preto Aquino  
Membro

- (x) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção



CNN 80/2023  
FOLHA 346

CNN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 11/2023  
FOLHA: 056

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) \_\_\_\_\_ para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer à presente proposição legislativa.  
Natal, RN 22 / 06 / 2023.

  
Ver. Raniere Barbosa  
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- |  |                                    |   |
|--|------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> PROJETO DE LEI  | <input type="checkbox"/> RESOLUÇÃO | <input type="checkbox"/> DECRETO LEGISLATIVO                    |
| <input type="checkbox"/> EMENDA À L.O.M. | <input type="checkbox"/> VETO      | <input checked="" type="checkbox"/> PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR |
|  |                                    | <input type="checkbox"/> EMENDA                                 |

Nº 11/2023.

Autor: Vereador(a) NINK SOUSA.

☐ Chefe do Executivo

Relator: Vereador(a) RANIERE BARBOSA.

VOTO DO RELATOR: FAVORÁVEL - com emendas

Sala das Comissões, em 22 de JUNHO de 2023.

Vereador Raniere Barbosa  
Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereador Nivaldo Bacurau  
Vice-Presidente

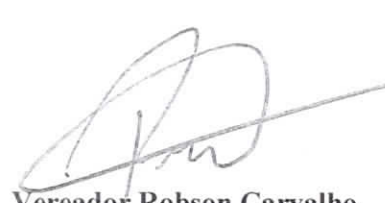
- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Ana Paula  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereador Anderson Lopes  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

  
Vereador Robson Carvalho  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção





CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 80/23  
FOLHA 358

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 80/23  
FOLHA 268

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) \_\_\_\_\_ para, nos termos do Art. 50  
- e seguintes artigo 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir  
parecer à presente proposição legislativa.  
Natal, RN 27/06/2023.

Ver. Milklei Leite  
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE TRANSPORTES, LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E  
ASSUNTOS METROPOLITANOS

- ( ) PROJETO DE LEI ( ) RESOLUÇÃO ( ) DECRETO LEGISLATIVO  
( ) EMENDA À L.O.M. ( ) VETO (x) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
( ) EMENDA

Nº 11/2023.

Autor: Vereador(a) \_\_\_\_\_

Chefe do Executivo ( )

Relator: Vereador(a) Milklei Leite

VOTO DO RELATOR: Favorável - Com emenda

Sala das Comissões, em 23 de Junho de 2023.

Vereador Milklei Leite  
Presidente

Vereador Aroldo Alves  
Vice-Presidente

- (x) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Anderson Lopes

Membro

- (x) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

- (x) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Daniel Valença  
Membro

- (x) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Eribaldo Medeiros  
Membro

- (x) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE 364  
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO  
Nº 80/23  
FOLHA 364

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 21/2023  
FOLHA: 294

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) \_\_\_\_\_ para nos termos do artigo 62 e seguintes e artigo 143 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa.  
Natal, RN 21/11/2023.

Ver. Preto Aquino  
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO URBANO, MEIO AMBIENTE E HABITACÃO.

- ( ) PROJETO DE LEI ( ) RESOLUÇÃO ( ) DECRETO LEGISLATIVO  
( ) EMENDA A L.O.M. ( ) VETO (X) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
( ) EMENDA

Nº 11/2023.

Autor: Vereador(a) NINA SOUZA

Chefe do Executivo ( )

Relator: Vereador(a) PRETO AQUINO

VOTO DO RELATOR: FAVORÁVEL - COM EMENDA

Sala das Comissões, em 21 de Junho de 2023.

Vereador Preto Aquino  
Presidente

- (X) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Kleber Fernandes  
Vice-Presidente

- (X) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Luciano Nascimento

- (X) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Raniere Barbosa  
Membro

- (X) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer  
( ) Abstenção

Vereador Robério Paulino  
Membro

- (X) Favorável ao Parecer  
( ) Contrário ao Parecer



CMN - PROCESSO

80/23

378

CMN - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 12/2023

FOLHA: 284

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

MESA DIRETORA

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

## Proposição:

- ☒ Projeto de Lei  
☒ Projeto de Lei Complementar 11/23  
☐ Projeto de Resolução  
☐ Projeto de Decreto Legislativo  
☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica  
☐ Processo  
☐ Emenda  
☐ Outro: \_\_\_\_\_

## Resultado da Votação:

- ☒ Aprovado em 1ª Discussão  
☐ Aprovado em 2ª Discussão  
☐ Aprovado em Votação Única  
☐ Aprovado em Regime de Urgência –  
Dispensa de Interstício  
☐ Aprovado o Parecer da CCJ  
☐ Rejeitado o Parecer da CCJ  
☐ Mantido o Veto  
☐ Rejeitado o Veto  
☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

## OBS:

## Quórum:

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☒ Unânime

Natal, 27 de Junho de 2023.

Presidente